INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM-COFIS

Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO - https://ipam.portovelho.ro.gov.br

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE 2026

(PREVIDÊNCIA)

Considerações Gerais

Pauta: **a)** Apresentação dos Relatórios de Investimento referente ao mês de agosto;

b) Outros Assuntos.

Local: Sala do Conselho Municipal de Previdência (IPAM).

Data: 28/09/2026 **Início:** 13:00h

Participantes: **Maria Betânia Basílio de Souza** (Presidente do COFIS – Conselheira Eleita), **Rita Ferreira Lima** (Suplente - Representante do Executivo), **Onildo Pires Araújo** (Conselheiro Representante do Executivo) e **Lodeilson Fernades da Silva** (Conselheiro Eleito).

A reunião foi iniciada pela Presidente do Conselho, que declarou aberta a sessão e na sequência, foi concedida a palavra ao Sr. **Odilon**, responsável pela apresentação do relatório de investimentos, que iniciou sua exposição com uma análise do cenário econômico nacional e internacional e de seus possíveis impactos sobre a carteira de investimentos do Instituto.

Objetivos Tratados

A reunião teve como principal objetivo a **apresentação, análise e acompanhamento do Relatório de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026**, contemplando o cenário econômico nacional e internacional, o comportamento dos principais indicadores de mercado, a composição e a rentabilidade da carteira de investimentos do IPAM, a evolução patrimonial, a liquidez dos ativos, o enquadramento da carteira perante a regulamentação vigente e a Política de Investimentos.

Também foram abordados assuntos relacionados ao desempenho de determinados fundos de investimentos considerados estressados, especialmente quanto à situação dos fundos em processo de liquidação, às medidas judiciais adotadas para recuperação de ativos e às perspectivas de recuperação dos valores investidos.

Síntese dos Assuntos Tratados

1. Apresentação do cenário econômico

Inicialmente, foi apresentado o cenário econômico referente ao mês de agosto de 2026, destacando-se que o período foi marcado por elevada volatilidade nos mercados financeiros, tanto no Brasil quanto no exterior.

No cenário nacional, foi apontada uma desaceleração da atividade econômica, especialmente nos segmentos mais dependentes de crédito. Embora o baixo nível de desemprego tenha contribuído para a sustentação da renda das famílias, o elevado grau de endividamento continuou limitando o consumo. Também foi destacado que, apesar da redução da taxa Selic observada posteriormente, os juros permaneceram em patamar elevado.

No cenário internacional, foram abordadas as tensões geopolíticas, especialmente no Oriente Médio, e seus reflexos sobre os preços da energia, com destaque para o petróleo. Nos Estados Unidos, foram mencionadas a resistência da atividade econômica e as pressões inflacionárias, que poderiam limitar ou até provocar eventual elevação das taxas de juros. Também foi comentado o movimento de alteração da política monetária em outras economias, inclusive no Japão e na Europa.

Quanto ao mercado acionário brasileiro, foi informado que, após perdas expressivas durante o mês de agosto, a Bolsa recuperou parte significativa das quedas registradas, favorecida pela melhora do fluxo de investimentos

estrangeiros e pelas condições de mercado.

2. Inflação, juros e perspectivas econômicas

Na análise da inflação, foi destacado o comportamento do IPCA e a perspectiva de manutenção da inflação acima da meta central, embora ainda dentro da faixa de tolerância em determinados períodos analisados. Foram mencionadas pressões relacionadas ao setor de serviços, aos preços do petróleo, às condições climáticas e à situação fiscal.

Foi ressaltado que a inflação projetada para 2026 permanecia próxima de **5,01%**, acima do limite superior da faixa de tolerância da meta, estabelecido em 4,5%.

Em relação ao crescimento econômico, a projeção apresentada apontava expansão do PIB em aproximadamente **1,92%**, refletindo a perda de força da atividade econômica diante do crédito mais caro e do elevado endividamento, parcialmente compensada pela sustentação da renda e pelo desempenho de setores menos dependentes do financiamento doméstico.

Quanto à taxa de câmbio, a projeção apresentada para 2026 permanecia em torno de **R$ 5,15 por dólar**.

No tocante à taxa Selic, foi mencionada a redução de 0,25 ponto percentual, passando de 14,00% para **13,75%**, destacando-se, entretanto, que a persistência das pressões inflacionárias e o cenário internacional poderiam limitar novos cortes na taxa de juros.

3. Meta atuarial e desempenho da carteira

Na sequência, foi apresentada a situação da meta de rentabilidade dos investimentos do IPAM. Foi esclarecido que a meta anteriormente estabelecida em **IPCA + 6,16%** havia sido alterada, passando para aproximadamente **IPCA + 5,51%**, conforme os parâmetros utilizados para a avaliação da carteira.

Foi informado que a carteira apresentou desempenho superior à meta estabelecida, mantendo resultado acumulado positivo.

Ao final do mês de agosto, o patrimônio total da carteira de investimentos alcançou aproximadamente **R$ 1.327.790.183,42**, tendo sido registrado retorno de aproximadamente **R$ 11.551.550,06**, correspondente a uma rentabilidade de **0,97% no mês**.

Foi ressaltado que o resultado obtido no mês esteve relacionado, entre outros fatores, ao comportamento dos mercados de renda fixa e variável, à redução da inflação e à movimentação decorrente do vencimento de títulos públicos.

4. Movimentação dos títulos públicos e composição da carteira

Durante a apresentação, foi esclarecida a movimentação ocorrida nos títulos públicos. Foi informado que determinados títulos chegaram ao vencimento em agosto, incluindo título com vencimento em 15 de agosto, resultando na disponibilização de recursos para nova alocação.

Considerando que o estudo de **Asset Liability Management – ALM** ainda se encontrava em elaboração, foi explicado que a opção adotada naquele momento foi pela manutenção dos recursos em investimentos de maior liquidez, especialmente em fundos referenciados em Selic, evitando-se a aquisição imediata de novos títulos públicos de longo prazo até a conclusão do estudo.

Foi informado que a participação do Tesouro Nacional na carteira sofreu redução em razão dos vencimentos ocorridos no período, enquanto houve aumento da participação de investimentos administrados pelo Banco do Brasil e pela BB Gestão.

5. Custódia e distribuição dos investimentos

Também foram prestados esclarecimentos acerca das instituições responsáveis pela administração, distribuição e custódia dos investimentos.

Foi explicado que o **Banco do Brasil** atua tanto na distribuição quanto na administração de determinados fundos, enquanto a **BB Gestão** desempenha função relacionada à gestão dos recursos.

Quanto à custódia, foi esclarecida a participação do Banco do Brasil, da XP Investimentos e da BGC, observando-se a distinção entre os ativos marcados na curva e aqueles marcados a mercado.

Foi explicado que o custodiante possui, entre outras atribuições, a responsabilidade pela guarda dos ativos, realização dos cálculos correspondentes e disponibilização das informações e extratos necessários ao acompanhamento da carteira.

6. Rentabilidade e evolução patrimonial

Na análise do desempenho da carteira, foi informado que o mês de agosto apresentou rentabilidade de **0,97%**, enquanto a meta mensal considerada foi de aproximadamente **0,13%**, resultando em desempenho superior ao parâmetro estabelecido.

No acumulado do ano, foi apresentada rentabilidade de aproximadamente **8,15%**, frente a uma meta acumulada de **6,86%**, representando desempenho superior à meta.

Também foi apresentada a evolução patrimonial dos últimos doze meses, sendo informado que o patrimônio passou de aproximadamente **R$ 1,160 bilhão** para **R$ 1,327 bilhão**, evidenciando crescimento significativo da carteira.

Foi informado ainda que, no período de doze meses, a carteira apresentou retorno aproximado de **R$ 146 milhões**, além dos aportes líquidos decorrentes das contribuições e da compensação previdenciária, descontados os pagamentos realizados, contribuindo para a evolução do patrimônio.

7. Alocação por segmento e liquidez

Quanto à distribuição por segmento, foi informado que aproximadamente **60% da carteira encontrava-se alocada em renda fixa**, com rentabilidade de aproximadamente 1,09% no período analisado.

Os títulos públicos representavam aproximadamente **34,31% da carteira**, com rentabilidade de aproximadamente 0,74%, enquanto a renda variável representava aproximadamente **5% da carteira**, apresentando rentabilidade de aproximadamente 0,39% no mês.

Foi ressaltada a elevada volatilidade observada no mercado de renda variável durante o período, destacando-se, contudo, a recuperação apresentada ao longo do mês.

Quanto à liquidez, foi informado que aproximadamente **R$ 954 milhões**, correspondentes a cerca de **71% da carteira**, poderiam ser convertidos em recursos em prazo de até 30 dias. Os demais recursos estavam alocados principalmente em títulos públicos marcados na curva e outros investimentos de prazo mais longo.

8. Indicadores de referência dos investimentos

Na apresentação dos indicadores de desempenho, foi destacada a expressiva participação do **CDI** como referência da carteira, especialmente em razão da realocação dos recursos provenientes dos títulos públicos que venceram no período.

Também foram apresentados investimentos vinculados a indicadores como **IMA-B, S&P 500, Small Caps e Ibovespa**, além de outros benchmarks utilizados pelos fundos.

Foi esclarecido que determinados fundos em situação de liquidação ou com patrimônio líquido negativo não são considerados nos indicadores de composição da carteira da mesma forma que os demais investimentos.

9. Enquadramento da carteira

No tocante ao enquadramento dos investimentos, foi informado que a carteira se encontrava, de modo geral, **devidamente enquadrada na Resolução CMN nº 5.272 e na Política de Investimentos do IPAM**, bem como alinhada às exigências relacionadas ao Pró-Gestão, Nível II.

Foi destacado que a situação do fundo imobiliário permanecia como ponto específico de acompanhamento, em

razão de desenquadramento passivo ocorrido anteriormente.

Foi esclarecido que, mensalmente, as informações relativas ao enquadramento são encaminhadas aos órgãos competentes e registradas nos sistemas correspondentes, sendo realizado o acompanhamento da regularização.

Foi ressaltado que, fora a situação específica mencionada, os investimentos permaneciam adequadamente enquadrados, sem identificação de extrapolação dos limites estabelecidos na regulamentação e na Política de Investimentos.

10. Considerações finais sobre o cenário econômico

Nas considerações finais da apresentação, foi destacado que agosto foi marcado por sinais de alívio da inflação, desaceleração da atividade econômica e redução gradual dos juros, mas também por incertezas fiscais, oscilações no preço do petróleo e instabilidades no cenário internacional.

Diante desse contexto, foi recomendada **prudência na tomada de decisões de investimento**, com atenção às oscilações do mercado e priorização das necessidades de longo prazo do RPPS.

Foi informado que, naquele momento, não havia necessidade de realização de alteração significativa na alocação da carteira, podendo ser mantida a estratégia vigente enquanto se aguardava a conclusão do estudo de ALM.

11. Questionamentos sobre fundos estressados

Após a apresentação do relatório, foram realizados questionamentos acerca dos fundos classificados como **fundos estressados**, especialmente aqueles em processo de liquidação.

Foi explicado que os fundos **Aquila** e **Conquest** apresentavam situações distintas. O Aquila ainda possuía ativos cuja recuperação dependia de medidas judiciais, enquanto o Conquest apresentava situação considerada mais complexa, em razão da existência de empresas e dívidas sem ativos de fácil realização.

Foi informado que, no início de setembro, havia ocorrido Assembleia Extraordinária envolvendo a administradora, a gestora e a área jurídica dos fundos, com o objetivo de tratar das medidas destinadas à recuperação dos ativos.

Foi esclarecido que a administradora e a gestora somente recebem remuneração na medida em que houver recuperação dos ativos, não havendo, segundo a exposição realizada, necessidade de novos aportes do IPAM para custear essas atividades.

Também foi informado que os advogados contratados para atuar na recuperação dos recursos ingressaram com medidas judiciais contra antigos administradores e gestores dos fundos, tendo sido determinado judicialmente o bloqueio de aproximadamente **R$ 400 milhões em bens e ativos** relacionados aos envolvidos.

Em razão do sigilo judicial, foi esclarecido que ainda não era possível identificar integralmente quais dos bens bloqueados efetivamente possuíam liquidez ou valor suficiente para recuperação dos recursos dos investidores.

Foi informado que as medidas judiciais buscam identificar o patrimônio efetivamente existente e verificar se os valores bloqueados correspondem a ativos com valor econômico real, possibilitando eventual recuperação dos recursos dos fundos.

12. Questionamentos sobre o prejuízo mensal

Durante os questionamentos, foi solicitada informação acerca do eventual prejuízo mensal decorrente dos dois investimentos estressados.

Em resposta, foi esclarecido que os valores apresentados em determinado período não representavam necessariamente uma perda mensal permanente, uma vez que parte das variações decorre de diferenças de precificação dos ativos.

Foi ressaltado que os fundos continuam demandando acompanhamento jurídico e administrativo especializado, sendo realizadas medidas destinadas à recuperação dos ativos e à preservação dos interesses dos cotistas.

Também foi destacado que os procedimentos judiciais e arbitrais permaneciam sujeitos a sigilo, o que limitava,

naquele momento, o acesso a determinadas informações e documentos.

ENQUADRAMENTO

1 Enquadramento na Resolução Atual - Pró-gestão II

Caso seja Pró-Gestão, o sistema apresentará os limites já ajustados.

Artigo/Ativo	Percent. Autorizado	Percent. Alocado	Total	Enquadrado Resolução	Enq. art.18	Enq. art.19
Art. 7º, Inciso I, FI e ETF 100% em TPF	100,00%	60,68%	R$805.702.999,91	Sim		
- BB FLUXO SOBERANO	0,00%	0,02%	R$213.288,25	Sim	N/A	N/A
- BB PREVID RF IDKA 2A IPCA	0,00%	0,03%	R$365.759,69	Sim	N/A	N/A
- BB PREVID RF IRF-M 1 TP	0,00%	3,57%	R$47.337.832,96	Sim	N/A	N/A
- BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TP	0,00%	35,05%	R$465.397.086,32	Sim	N/A	N/A
- CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES	0,00%	0,00%	R$63.859,32	Sim	N/A	N/A
- CAIXA BRASIL TITULOS PUBLICOS RF	0,00%	18,84%	R$250.200.024,40	Sim	N/A	N/A
- CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	0,00%	3,17%	R$42.125.148,97	Sim	N/A	N/A
Art. 7º, Inciso III, TPF de Emissão do TN - Intermedia	100,00%	34,31%	R$455.587.924,57	Sim		
- NTN-B (2030-5.2325) - Curva	0,00%	0,38%	R$5.091.155,63	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-5.47) - Curva	0,00%	0,40%	R$5.298.069,31	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.072) - Curva	0,00%	4,44%	R$58.954.301,33	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.086) - Curva	0,00%	4,43%	R$58.817.668,54	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.322) - Curva	0,00%	4,35%	R$57.805.742,41	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-5.525) - Curva	0,00%	0,40%	R$5.298.958,26	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-5.616) - Curva	0,00%	0,41%	R$5.486.695,15	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.3215) - Curva	0,00%	4,44%	R$59.009.675,68	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.342) - Curva	0,00%	4,46%	R$59.187.614,35	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.483) - Curva	0,00%	4,35%	R$57.724.449,55	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (vcto 2045)	0,00%	6,24%	R$82.913.594,37	Sim	N/A	N/A
Art. 8º, Inciso I, FI - Fundo de Ações em Geral	40,00%	4,94%	R$65.537.814,77	Sim		
- BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIA	20,00%	2,00%	R$26.497.813,61	Sim	Sim	Sim
- BB AÇÕES QUANTITATIVO FIC DE FI	20,00%	0,93%	R$12.339.560,25	Sim	Sim	Sim
- BB AÇÕES SMALL CAPS FIC FI	20,00%	1,70%	R$22.636.321,62	Sim	Sim	Sim
- CAIXA FIC AÇÕES MULTIGESTOR	20,00%	0,31%	R$4.064.119,29	Sim	Sim	Sim
Art. 10º, Inciso III, FI de FIP e FIC de FI	0,00%	-0,44%	(R$5.880.371,13)	Sim		
- CONQUEST FIP	0,00%	-0,44%	(R$5.880.371,13)	Sim	N/A	N/A
Art. 11º, FI Imobiliário - Of. Primaria e/ou Pregão B3	0,00%	0,52%	R$6.841.815,29	Nao		
- AQUILLA FUNDO DE INVESTIMENTO I	0,00%	0,52%	R$6.841.815,29	Nao	N/A	N/A

			R$1.327.790.183,41			

O Enquadramento no Artigo 18 da resol. CVM define que um RPPS não pode concentrar mais do que 20% dos recursos em um mesmo fundo (exceto se o fundo for 100% titulos públicos).

O Enquadramento no Artigo 19 da resol. CVM define que um RPPS não pode possuir mais de 15% do PL do fundo investido.

“Art. 27º - Não são considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos nesta Resolução os desenquadramentos passivos decorrentes de: Inciso I – entrada em vigor de alterações desta Resolução ou de regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil.” “§ 1º - Os excessos referidos neste artigo devem ser eliminados no prazo de dois anos da ocorrência do desenquadramento. ”

Data limite: 31/01/2028.

Deliberações e Providências

Após a apresentação e os esclarecimentos prestados, ficaram consignadas as seguintes providências e encaminhamentos:

1) **Registrar o recebimento e a apresentação do Relatório de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026**, para fins de acompanhamento e fiscalização pelo Conselho Fiscal;
2) **Acompanhar mensalmente o desempenho da carteira de investimentos**, especialmente a rentabilidade, a evolução patrimonial, a liquidez e o cumprimento da meta estabelecida;
3) **Manter o acompanhamento do enquadramento da carteira** perante a Resolução CMN nº 5.272, a Política de Investimentos do IPAM e as diretrizes do Pró-Gestão;
4) **Acompanhar a situação do fundo imobiliário desenquadrado passivamente**, verificando as medidas adotadas para sua regularização e os respectivos registros nos sistemas oficiais;
5) **Acompanhar a conclusão do estudo de ALM – Asset Liability Management**, considerando sua importância para a definição das estratégias de alocação de recursos e aquisição de títulos públicos de longo prazo;
6) **Manter o acompanhamento dos fundos estressados**, especialmente Aquila e Conquest, incluindo as medidas judiciais e administrativas adotadas para recuperação dos ativos;
7) **Acompanhar as informações relativas ao bloqueio judicial de aproximadamente R$ 400 milhões dos** antigos administradores e gestores dos fundos estressados, aguardando os desdobramentos dos procedimentos judiciais e a identificação dos ativos efetivamente recuperáveis;
8) Registrar que os Conselheiros poderão solicitar, nas próximas reuniões, **novos esclarecimentos e informações atualizadas sobre a situação dos fundos em liquidação**, conforme a evolução dos procedimentos judiciais e administrativos;
9) Manter o acompanhamento da conjuntura econômica nacional e internacional e seus possíveis impactos sobre a carteira de investimentos do IPAM, especialmente inflação, taxa Selic, câmbio, petróleo e mercados de renda fixa e variável.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, após a apresentação do Relatório de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026, os esclarecimentos prestados e os questionamentos formulados pelos Conselheiros, a Presidência agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a **17ª Reunião Ordinária da Previdência do Conselho Fiscal – COFIS**, realizada em 28 de setembro de 2026.

Ficou registrado o agradecimento aos Conselheiros pela participação nos trabalhos e ao servidor Odilon pelos esclarecimentos e pela apresentação do relatório de investimentos, permanecendo consignado que os assuntos relacionados à carteira de investimentos, ao enquadramento dos ativos, ao estudo de ALM e aos fundos estressados continuarão sendo acompanhados pelo Conselho Fiscal nas reuniões subsequentes.

E, para constar, eu, **Karen Daniely Guimarães**, Secretária do Conselho Fiscal – COFIS, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Porto Velho/RO, 28 de setembro de 2026.

Maria Betânia Basílio de Souza

Presidente do COFIS

Rita Ferreira Lima

Suplente - Representante do Executivo

Lodeilson Fernades da Silva

Representante Eleita

Onildo Pires Araújo

Representante do Executivo

Documento assinado eletronicamente por **Onildo Pires Araújo**, **Conselheiro(a)**, em 09/10/2026, às 10:45, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Betânia Basílio de Souza**, **Conselheiro(a)**, em 09/10/2026, às 11:49, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Rita Ferreira Lima**, **Conselheiro(a)**, em 13/10/2026, às 12:46, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Lodeilson Fernandes Da Silva**, **Conselheiro(a)**, em 13/10/2026, às 13:03, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador **1676956** e o código CRC **35F5AD40**.